ESTADO de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE Ibiam

AUDIÊNCIA PÚBLICA
DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO
DAS METAS FISCAIS

2º Quadrimestre/2018

exigência legal

Lei Complementar n°101, de 04 de Maio de 2000, Art. 9°, § 4°

Art. 9º - Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 4º - Até o final dos meses de Maio, Setembro e Fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em Audiência Pública na comissão referida no § 1º do Art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

temas a serem apresentados

* Execução Orçamentaria
* Metas Arrecadação
* Cronograma de Desembolso
* Aplicação de Recursos em Saúde (15%)
* Aplicação de Recursos em Educação (25%)
* Aplicação dos Recursos Recebidos do FUNDEB (60%)
* Despesas com Pessoal
* Restos à Pagar
* Alienação de Ativos

receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

Lei 4.320/64, Art. 2° - A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.

§ 1° Integrarão a Lei de Orçamento:

I - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo;

II - Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo nº1;

III - Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;

IV - Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

§ 2º Acompanharão a Lei de Orçamento:

I - Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais;

II - Quadros demonstrativos da despesa, na forma dos Anexos n°6 a 9;

III - Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços.

receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Receita Arrecada em Exercícios Anteriores |
| **Exercício**  | **Valores**  |
| 2014 | 11.285.364,12 |
| 2015 | 11.332.339,79 |
| 2016 | 12.394.816,80 |
| 2017 | 12.563.119,62 |

|  |
| --- |
| Receita Arrecadada até 2º Quadrimestre/2018 |
| Receita Orçamentária | 8.930.451,06 |
| Média Mensal | 1.116.306,38 |

receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Evolução da Receita Orçamentaria |



despesa orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Despesa Realizada em Exercícios Anteriores |
| **Exercício**  | **Empenhado** | **Liquidado** |
| 2014 | 10.888.326,69 | 10.802.995,33 |
| 2015 | 12.140.505,53 | 11.284.681,60 |
| 2016 | 11.643.625,76 | 11.449.849,62 |
| 2017 | 10.784.399,27 | 10.629.908,43 |

|  |
| --- |
| Despesa até 2º Quadrimestre/2018 |
| Despesa Orçamentária | 9.988.590,90 | 8.045.290,30 |
| Média Mensal | 1.248.573,86 | 921.681,95 |

despesa orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Evolução da Despesa Orçamentaria Realizada |



receita corrente líquida

Lei Complementar n°101/2000, Art. 2°, IV, ‘c’, § 1° e 3°

LRF, Art. 2° - Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

IV - Receita Corrente Líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do Art. 201 da Constituição.

§ 1º Serão computados no cálculo da receita corrente líquida os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e do fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 3º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

receita corrente líquida

Lei Complementar n°101/2000, Art. 2°, IV, ‘c’, § 1° e 3°

|  |
| --- |
| Receita Corrente Líquida (RCL) Arrecadada em Exercícios Anteriores |
| **Exercício**  | **Valores**  |
| 2014 | 10.157.023,01 |
| 2015 | 10.570.637,95 |
| 2016 | 11.997.638,34 |
| 2017 | 12.196.837,34 |

|  |
| --- |
| Receita Corrente Líquida Arrecadada até 2º Quadrimestre/2018 |
| Receita Corrente Líquida | 8.594.999,06 |
| Média Mensal | 1.074.374,88 |

receita corrente líquida

Lei Complementar n°101/2000, Art. 2°, IV, ‘c’, § 1° e 3°

|  |
| --- |
| Evolução da Receita Corrente Líquida (RCL) |



execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

LRF, Art. 52 - O relatório a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:

I - balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:

a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;

b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;

II - demonstrativos da execução das:

a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;

b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;

c) despesas, por função e subfunção.

§ 1º Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.

§ 2º O descumprimento do prazo previsto neste artigo sujeita o ente às sanções previstas no § 2º do Art. 51.

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
| **Receitas Arrecadadas**  |
| **Receitas Correntes (I)**  | **8.594.999,06**  |
| Receita Tributária | 466.963,40 |
| Receita de Contribuições | 0,00 |
| Receita Patrimonial | 80.164,96 |
| Receita Agropecuária | 0,00 |
| Receita Industrial | 0,00 |
| Receita de Serviços | 58.813,15 |
| Transferências Correntes | 9.599.375,15 |
| (-) Deduções das Transferências Correntes | -1.618.271,71 |
| Outras Receitas Correntes | 7.954,11 |
| **Receitas de Capital (II)**  | **335.452,00**  |
| Operações de Crédito | 0,00 |
| Alienação de Bens | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 |
| Transferências de Capital | 335.452,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 |
| **Total (III) = (I+II)**  | **8.930.451,06**  |

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
| **Despesas Liquidadas Por Função de Governo**  |
| 01 - Legislativa | 459.461,06 |
| 04 - Administração | 1.360.155,30 |
| 06 - Segurança Pública | 19.465,83 |
| 08 - Assistência Social | 388.768,03 |
| 09 - Previdência Social | 326.180,85 |
| 10 - Saúde | 1.822.971,73 |
| 12 - Educação | 1.783.000,01 |
| 13 - Cultura | 115.904,57 |
| 15 - Urbanismo | 198.298,12 |
| 16 - Habitação | 0,00 |
| 17 - Saneamento | 52.866,00 |
| 18 - Gestão Ambiental | 0,00 |
| 20 - Agricultura | 575.774,54 |
| 22 - Indústria | 0,00 |
| 26 - Transporte | 805.021,93 |
| 27 - Desporto e Lazer | 37.601,03 |
| 28 - Encargos Especiais | 99.821,30 |
| 99 - Reserva de Contingência | 0,00 |
| **Total (IV)**  | **8.045.290,30**  |

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
| Execução Orçamentária e Financeira  |
| Superávit Financeiro do Exercício Anterior (V) | 1.778.320,35  |
| Superávit Financeiro Apurado Até o Quadrimestre (VI) = (III-IV) | **885.160,76**  |
| **Superávit (VII) = (V + VI)**  | **2.663.481,11**  |

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
|  |



metas de arrecadação

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

LRF, Art. 8° - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea "c" do inciso I do Art. 4°, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

LRF, Art. 13 - No prazo previsto no Art. 8°, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

metas de arrecadação

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |
| **Receitas Orçamentárias**  | **Previsão**  | **Arrecadação**  | **Diferença**  |
| **Receitas Correntes (I)**  | **8.947.200,00**  | **8.594.999,06**  | **-352.200,94**  |
| Receita Tributária | 605.100,00 | 466.963,40 | -138.136,60 |
| Receita de Contribuições | 6.600,00 | 0,00 | -6.600,00 |
| Receita Patrimonial | 136.000,00 | 80.164,96 | -55.835,04 |
| Receita Agropecuária | 4.000,00 | 0,00 | -4.000,00 |
| Receita Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 57.500,00 | 58.813,15 | 1.313,15 |
| Transferências Correntes | 8.100.000,00 | 9.599.375,15 | 1.499.375,15 |
| (-) Deduções da Receita p/ FUNDEB | 0,00 | -1.618.271,71 | -1.618.271,71 |
| Outras Receitas Correntes | 38.000,00 | 7.954,11 | -30.045,89 |
| **Receitas de Capital (II)**  | **20.000,00**  | **335.452,00**  | **315.452,00**  |
| Operações de Crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Capital | 20.000,00 | 335.452,00 | 315.452,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Total (III) = (I+II)**  | **8.967.200,00**  | **8.930.451,06**  | **-36.748,94**  |

metas de arrecadação

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |



cronograma de desembolso

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

LRF, Art. 8° - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do Art. 4°, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

LRF, Art. 13 - No prazo previsto no Art. 8°, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

cronograma de desembolso

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |
| **Despesas Orçamentárias**  | **Fixadas**  | **Realizadas**  | **Diferença**  |
| **Despesas Correntes (I)**  | **8.539.400,00**  | **7.427.197,20**  | **1.112.202,80**  |
| Pessoal e Encargos Sociais | 4.530.000,00 | 4.436.572,44 | 93.427,56 |
| Juros e Amortização da Dívida | 5.000,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| Outras Despesas Correntes | 4.004.400,00 | 2.990.624,76 | 1.013.775,24 |
| **Despesas de Capital (II)**  | **399.000,00**  | **618.093,10**  | **-219.093,10**  |
| Investimentos | 391.500,00 | 618.093,10 | -226.593,10 |
| Inversões Financeiras | 2.500,00 | 0,00 | 2.500,00 |
| Amortização da Dívida Fundada Interna | 5.000,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| **Reserva de contingência (III)**  | **0,00**  | **0,00**  | **0,00**  |
| Reserva de contingência | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Total (IV) = (I+II+III)**  | **8.938.400,00**  | **8.045.290,30**  | **893.109,70**  |

cronograma de desembolso

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |



APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ADCT, Art. 77, III e Emenda Constitucional n°29 de 13/09/2000

EC 29/2000, Art. 7º - O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte Art. 77:

"III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o Art. 156 e dos recursos de que tratam os Art´s. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º."

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita bruta de Impostos e Transferências (I)**  | **8.506.680,16**  |
| **Despesas por função/subfunção (II)**  | **1.783.496,31**  |
| **Deduções (III)**  | **503.232,72**  |
| **Despesas para efeito de cálculo (IV) = (II-III)**  | **1.280.263,59**  |
| **Mínimo a ser aplicado**  | **1.276.002,00**  |
| **Aplicado à maior**  | **4.261,59**  |
| **Percentual aplicado = (IV) / (I) x 100**  | **15,05**  |

APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ADCT, Art. 77, III e Emenda Constitucional n°29 de 13/09/2000

|  |
| --- |
|  |



APLICAÇÃO DE RECURSOS NA
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Constituição Federal, Art. 212 e LDB, Art. 72

CF, Art. 212 - A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

LDB, Art. 72 - As receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Público, assim como nos relatórios a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição Federal.

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita bruta de Impostos e Transferências (I)**  | **8.802.504,40**  |
| **Despesas por função/subfunção (II)**  | **1.721.527,42**  |
| **Deduções (III)**  | **305.740,82**  |
| **Resultado líquido da transf. do FUNDEB (IV)**  | **-996.099,73**  |
| **Despesas para efeito de cálculo (V) = (II-III-IV)**  | **2.470.533,31**  |
| **Mínimo a ser aplicado**  | **2.200.626,00**  |
| **Aplicado à Maior**  | **211.260,33**  |
| **Percentual aplicado = (V) / (I) x 100**  | **27,40**  |

APLICAÇÃO DE RECURSOS NA
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Constituição Federal, Art. 212 e LDB, Art. 72

|  |
| --- |
|  |



APLICAÇÃO DE 60% DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

ADCT, Art. 60, XII, MP 339/2006, EC 53/2006 e Lei Federal n°9.424/96

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita do FUNDEB (I)**  | **624.488,37**  |
| **Despesas (II)**  | **626.604,85**  |
| **Mínimo a ser Aplicado**  | **374.693,03**  |
| **Aplicado à Maior**  | **251.911,82**  |
| **Percentual Aplicado = (II) / (I) x 100**  | **100,34**  |

APLICAÇÃO DE 60% DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

ADCT, Art. 60, XII, MP 339/2006, EC 53/2006 e Lei Federal n°9.424/96

|  |
| --- |
|  |



DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

CF, Art. 169 - A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

LRF, Art. 19 - Para os fins do disposto no caput do Art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

III - Municípios: 60% (sessenta por cento)

LRF, Art. 20 - A repartição dos limites globais do Art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)**  | **12.899.818,59**  |
| **Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)**  | **6.146.677,61**  |
| **Limite Prudencial - 51,30%**  | **6.617.606,94**  |
| **Limite Máximo - 54,00%**  | **6.965.902,04**  |
| **Percentual aplicado = (II) / (I) x 100**  | **47,65**  |

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |
| --- |
|  |



DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)**  | **12.899.818,59**  |
| **Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)**  | **541.079,56**  |
| **Limite Prudencial - 5,70%**  | **735.289,66**  |
| **Limite Máximo - 6,00%**  | **773.989,12**  |
| **Percentual aplicado = (II) / (I) x 100**  | **4,19**  |

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |
| --- |
|  |



DESPESAS COM PESSOAL CONSOLIDADO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)**  | **12.899.818,59**  |
| **Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)**  | **6.687.757,17**  |
| **Limite Prudencial - 57,00%**  | **7.352.896,60**  |
| **Limite Máximo - 60,00%**  | **7.739.891,15**  |
| **Percentual aplicado = (II) / (I) x 100**  | **51,84**  |

DESPESAS COM PESSOAL CONSOLIDADO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |
| --- |
|  |



RESTOS A PAGAR

Lei Complementar n°101/2000, Art. 55, III, alínea “b”

LRF, Art. 55. O relatório conterá:

III - demonstrativos, no último quadrimestre:

b) da inscrição em Restos a Pagar, das despesas:

1) liquidadas;

2) empenhadas e não liquidadas, inscritas por atenderem a uma das condições do inciso II do art. 41;

3) empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa;

4) não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados;

RESTOS A PAGAR

Lei Complementar n°101/2000, Art. 55, III, alínea “b”

|  |  |
| --- | --- |
| **Unidade Gestora:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  | **Valores**  |
| **Restos A Pagar Não Processados (I)**  | **33.250,30**  |
| (+) Inscrições do Exercício Anterior | 77.798,14 |
| (+) Inscritos em Exercícios Anteriores | 75.433,63 |
| (-) Cancelamentos | 40.621,36 |
| Restos a Pagar a Liquidar | 33.250,30 |
| Restos a Pagar em Liquidação | 0,00 |
| Restos a Pagar Liquidado a Pagar | 0,00 |
| (-) Restos a Pagar Pagos | 79.360,11 |
| **Restos Processados (II)**  | **0,00**  |
| (+) Inscrições do Exercício Anterior | 1.179,72 |
| (+) Inscritos em Exercícios Anteriores | 0,00 |
| (-) Cancelamentos | 0,00 |
| Restos a Pagar | 0,00 |
| (-) Restos Pagos | 1.179,72 |
| **Saldo a Pagar (I+II)**  | **33.250,30**  |

RESTOS A PAGAR

Lei Complementar n°101/2000, Art. 55, III, alínea “b”

|  |  |
| --- | --- |
| **Unidade Gestora:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM  | **Valores**  |
| **Restos A Pagar Não Processados (I)**  | **2.546,73**  |
| (+) Inscrições do Exercício Anterior | 57.671,00 |
| (+) Inscritos em Exercícios Anteriores | 0,00 |
| (-) Cancelamentos | 4.637,58 |
| Restos a Pagar a Liquidar | 2.546,73 |
| Restos a Pagar em Liquidação | 0,00 |
| Restos a Pagar Liquidado a Pagar | 0,00 |
| (-) Restos a Pagar Pagos | 50.486,69 |
| **Restos Processados (II)**  | **0,00**  |
| (+) Inscrições do Exercício Anterior | 2.329,00 |
| (+) Inscritos em Exercícios Anteriores | 0,00 |
| (-) Cancelamentos | 349,00 |
| Restos a Pagar | 0,00 |
| (-) Restos Pagos | 1.980,00 |
| **Saldo a Pagar (I+II)**  | **2.546,73**  |

RESTOS A PAGAR

Lei Complementar n°101/2000, Art. 55, III, alínea “b”

|  |  |
| --- | --- |
| **Unidade Gestora:** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM  | **Valores**  |
| **Restos A Pagar Não Processados (I)**  | **0,00**  |
| (+) Inscrições do Exercício Anterior | 19.021,70 |
| (+) Inscritos em Exercícios Anteriores | 0,00 |
| (-) Cancelamentos | 9.302,50 |
| Restos a Pagar a Liquidar | 0,00 |
| Restos a Pagar em Liquidação | 0,00 |
| Restos a Pagar Liquidado a Pagar | 0,00 |
| (-) Restos a Pagar Pagos | 9.719,20 |
| **Restos Processados (II)**  | **0,00**  |
| (+) Inscrições do Exercício Anterior | 593,00 |
| (+) Inscritos em Exercícios Anteriores | 0,00 |
| (-) Cancelamentos | 0,00 |
| Restos a Pagar | 0,00 |
| (-) Restos Pagos | 593,00 |
| **Saldo a Pagar (I+II)**  | **0,00**  |